

O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert

Marxist feminism and housework: discussing with Heleieth Saffioti and Zuleika Alambert

Joana Maria Pedro¹

joanapedro@terra.com.br

Soraia Carolina de Mello²

reactio@hotmail.com

Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira³

veri_bertelli@ig.com.br; veri@grad.ufsc.br

Resumo. A relação da exploração das mulheres com o surgimento da propriedade privada foi um dos pontos mais importantes da reflexão que as autoras feministas de perspectiva marxista desenvolveram nos anos 1970 e 1980. Estas autoras relacionavam o surgimento do capitalismo com o patriarcado; entendiam esses dois fatores como independentes (apesar de relacionados) e, desta forma, a libertação da mulher dependeria de uma revolução não só econômica, como também social e cultural. Muito da discussão destas autoras, como em Zuleika Alambert e Heleieth Saffioti, foi baseada em escritos de Engels. Assim, tratava-se da desnaturalização da divisão sexual do trabalho; da subordinação das mulheres em relação aos homens; do chamado modo doméstico de produção; da reivindicação da coletivização do trabalho do lar e do cuidado das crianças. Nestas discussões, as autoras articulavam as relações dialéticas entre sexo e classe social. Partindo de Zuleika Alambert, a maneira como os marxistas discutiram a questão feminina historicamente, e mais especificamente baseadas em Heleieth Saffioti, a maneira como foi discutido o trabalho doméstico entre as feministas marxistas, pretendemos neste artigo buscar narrar os debates que se articulavam entre as considerações do trabalho doméstico como não produtivo – por não produzir mais-valia – e as discussões sobre o modo doméstico de produção.

Palavras-chave: marxismo, feminismo, trabalho doméstico, divisão sexual do trabalho.

Abstract. The relation between the exploitation of women and the emergence of private propriety was one of the most important elements of the reflection that feminist authors with a Marxist perspective developed in the '70s and the '80s. These authors related the emergence of capitalism with patriarchy. They thought these two factors were independent on each other (in spite of being related). In this way, women's liberation would depend on a not merely economic, but also social and cultural revolution. Much of the discussion by these authors, like Zuleika Alambert and Heleieth Saffioti, was based on Engel's writings. Thus, they discussed the denaturalization of the sexual division of labor; women's subordination

¹ Professora do Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina.

² Iniciação Científica, graduanda em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Iniciação Científica, graduanda em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

to men; the so-called domestic mode of production; the demand to collectivize the housework and the care of children. In these discussions, the authors articulated the dialectic relations between sex and social class. Based on Zuleika Alambert and Heleieth Saffioti, this article examines the way in which housework was discussed among them and describes the articulation between the considerations of housework as non-productive – because it does not produce surplus-value – and the discussions about the domestic mode of production.

Key words: marxism, feminism, housework, sexual division of labor.

Os anos 1980 no Brasil foram, juntamente com o processo de abertura que se concretizava e com o fim da ditadura militar, o momento de crescimento do estudo do marxismo dentro das universidades. Antigos e antigas militantes retornavam do exílio e buscavam espaços acadêmicos como forma de inserção social. Entre marxistas que atuaram na ditadura militar destacam-se Zuleika Alambert e Heleieth Saffioti, duas autoras que deram um aporte marxista às questões relacionadas ao feminismo.

Discutindo, através da obra de Heleieth Saffioti, como as feministas marxistas, nas décadas de 1970 e 1980, enfrentavam a questão da divisão sexual do trabalho e, mais especificamente, a questão do trabalho doméstico, recuperamos um debate que ainda se encontra em aberto, sem solução. Para corroborar esta afirmação, trazemos também Susan Himmelweit (2001), que levanta, nos dias de hoje, como se deu este debate e sintetiza os consensos que permearam esta discussão. Para tanto, historicizaremos, inclusive com discussões mais recentes sobre feminismo e marxismo como, por exemplo, o Dossiê Marxismo e Feminismo da *Revista Crítica Marxista* (2000), a discussão acerca da condição da mulher nos clássicos marxistas e, principalmente, em autoras e autores dessa vertente que discutem desde as condições de trabalho das mulheres até as possíveis classificações – produtivo/improdutivo, principalmente – do trabalho doméstico, ao qual a gritante maioria das mulheres do mundo é submetida.

Se o debate acerca do trabalho doméstico foi acirrado nas décadas de 1970 e 1980, foi no início dos anos 1970 que foi aprovada, no Brasil, a lei específica sobre o trabalho doméstico: Lei nº 5.859/72 e Decreto 71.885/73, de Emílio G. Médici. Nesta lei estão descritos os direitos da empregada doméstica, entendida pelo artigo 1º da Lei 5.859/72 como “[...] aquele que presta serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”. Em 23/03/2001, esta lei foi modificada pela Lei 10.208, que tornava facultativa a contribuição ao FGTS e, conseqüentemente, o direito ao seguro-desemprego.

É importante ressaltar que os direitos dos empregados e empregadas domésticas são menores que os garanti-

dos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) a qualquer trabalhador ou trabalhadora assalariada: não têm direito a seguro-desemprego (se o FGTS não for adotado), PIS, salário-família, hora-extra, jornada de trabalho fixa, benefício por acidente de trabalho ou estabilidade de gestante. E ainda podem ter descontado, em seu salário, até 20% do salário-base por alimentação e até 25% por habitação. Se o empregado ou empregada doméstica tem menos direito que qualquer outro trabalhador ou trabalhadora assalariado/a regido/a pela CLT, a situação da/o diarista ainda é mais precária. Diarista é considerada/o trabalhadora ou trabalhador autônoma/o, e, apesar de controverso, para ter considerado vínculo empregatício geralmente é necessário trabalhar três vezes por semana ou mais em uma residência.

Hildete Melo, Márcia Pessanha e Luís Parreiras (2002), analisando a condição de trabalhadoras e trabalhadores domésticos nos anos 1990, através de dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, percebem que, apesar de terem remunerações inferiores a trabalhadores especializados (usam a classe metalúrgica como exemplo), a evolução nos seus rendimentos médios está acima do índice dos/as trabalhadores/as em geral, e mesmo acima dos índices da classe metalúrgica. Isso pode ser indicado como uma melhora, mesmo que sutil e gradual, nas condições de trabalho doméstico remunerado, assim como uma possível valorização e reconhecimento da importância desse trabalho.

Por ser uma questão ainda presente na nossa sociedade, inclusive na esfera acadêmica, e por não ter uma solução pronta, trataremos sobre a questão do trabalho doméstico relacionando-o com a opressão das mulheres, de um ponto de vista feminista marxista. O feminismo problematizou novas questões dentro do marxismo, ajudando a desprendê-lo da ortodoxia, e é com o marxismo – *o novo marxismo* – que entende as diferentes questões que se apresentam em diferentes tempos que trabalharemos. Retornamos ao passado para levantar essas questões que fazem parte do dia-a-dia de milhões de mulheres e, mesmo nos discursos de dezenas de anos atrás, ainda conseguimos se fazer atuais.

O marxismo e a questão das mulheres

[...] tomar a sério a obra de Marx e Engels, ou mesmo a de Lênin, não é “crer”, transformar suas hipóteses provisórias em dogmas eternos. O que chama a atenção na evolução do pensamento deles é, antes de tudo, sua continuidade, sua ampliação e sua abertura permanente para informações e problemas novos (Alambert, 1986, p. 26).

A discussão sobre como os/as marxistas viam a condição da mulher, remontando a Marx e Engels, até a década de 1980, foi o que Zuleika Alambert (1986) tentou sintetizar no seu trabalho *Feminismo: o ponto de vista marxista*, uma das obras nas quais vamos nos basear. A autora destaca-se, para nossa pesquisa, como uma militante marxista que pensou a questão do feminismo. Como membro do PCB, por ele se elegeu deputada estadual, também participando da União Nacional dos Estudantes e da Federação Mundial da Juventude Democrática, e, ainda, promovendo a Associação de Mulheres no Exílio, entre outras atividades.

Segundo Zuleika Alambert, temos que analisar e levar em conta o contexto de cada marxista que, de alguma forma, escreveu sobre a condição da mulher. Escreve, então, que na época de Marx e Engels não havia um movimento feminista e a questão da mulher não estava colocada como problemática para os estudiosos, “[...] a sociedade humana jamais se coloca problemas que não tenha condições concretas para resolver” (Alambert, 1986, p. 16). Assim, dentro das condições objetivas e subjetivas da época, a autora divide a discussão acerca da condição da mulher em dois pólos opostos: o que buscava naturalizar a inferioridade da mulher através de razões biológicas e, assim, defendia o ponto de vista das classes dominantes, e o que considerava que homens e mulheres nasciam iguais e que a diferenciação posterior não tinha origem na diferença de sexo, adotando, assim, o ponto de vista dos oprimidos. Nesta segunda categoria, ela reconhece o trabalho de Marx e Engels.

Colocar a questão feminina como uma questão social era um avanço para as condições da época, segundo a autora. Além disso, Engels, ao escrever o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, em 1884, tentou desnaturalizar a propriedade privada e a família monogâmica como únicas formas de propriedade e relações familiares. Segundo ela, para Marx e Engels havia uma relação intrínseca entre a inferioridade feminina e a sociedade de classes baseada na propriedade privada dos meios

de produção. Portanto, o estudo da família deveria ser feito concebendo suas modificações históricas como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, o que, para a autora, é reduzir a relação homem/mulher à relação sociedade/família.

Zuleika Alambert cita outro autor que tratou da questão feminina numa perspectiva marxista: August Bebel (1840-1913), autor do livro *A mulher e o socialismo*. Ela coloca que este autor, seguindo a tradição de Marx e Engels, tratava a questão feminina como uma questão social e, para além desta, considerava a opressão da mulher como ser social (derivada da propriedade privada dos meios de produção) e também como ser sexual. Trabalhou com questões como a necessidade da mulher conhecer seu próprio corpo, a prostituição como instituição necessária ao mundo burguês, a família e os problemas conjugais, a relação com o trabalho, a luta por posição jurídica e pela educação, entre outras problemáticas. Para Zuleika Alambert, ele avançou no desenvolvimento do marxismo quando observou que para a libertação da mulher era necessária uma organização própria; no entanto, acabou tratando a libertação da mulher de forma estática, como um desenvolvimento natural da sociedade socialista.

Outra marxista que Zuleika Alambert analisa é Clara Zétkin (1857-1933), que participou da Segunda Internacional, da qual, apesar de terem sido tiradas resoluções contra qualquer tipo de opressão, entre elas a sexual, não resultou nenhuma atividade prática para materializá-la. Clara Zétkin, segundo a autora, tratou da relação entre reivindicações reformistas e a luta revolucionária, e considerava importantes as reivindicações do movimento feminista burguês, como o direito ao voto – na qualidade de instrumento de avanço no movimento feminista proletário, com vistas à revolução. Portanto, militou pelo direito ao voto para as mulheres e por uma legislação trabalhista. Uma das contribuições originais de Clara Zétkin, segundo Zuleika Alambert, foi o reconhecimento de que a luta feminista tinha diferentes motivações, de acordo com a classe social à qual a mulher pertencia. Enquanto a motivação econômica era um dos fatores mais fortes para as operárias, para as burguesas e pequeno-burguesas, além da econômica, as questões cultural e moral tinham uma forte conotação.

A autora destaca no Brasil, no período da ditadura, duas marxistas pioneiras e uma resolução política sobre a questão feminina: temos Heleieth Saffioti com o trabalho *A mulher na sociedade de classes – mito e realidade* (1969), Branca Moreira Alves com *Ideologia e feminismo – A luta da mulher pelo voto no Brasil* (1980) e a Resolução Política dos Comunistas, com o título *Os comunistas e a mulher* (1979).

Neste sentido, Zuleika Alambert lembra a análise de Heleieth Saffioti (1969) a respeito do plano estrutural

da sociedade, das relações de produção e da marginalização da mulher nas relações de trabalho⁴.

Zuleika Alambert considera que para que a teoria marxista continuasse avançando, seria necessário que se fizesse um estudo dos clássicos marxistas identificando suas contribuições, mas também analisando os limites quanto à problematização do tema. Limites esses expressos tanto pela inexistência de um movimento feminista como pelo fato de o tema tratado não estar colocado como problemática para os intelectuais marxistas clássicos na época em que desenvolveram seus trabalhos. Frisa que, na melhor tradição marxista, o intuito é de continuar desenvolvendo seus trabalhos levando em conta as questões que nosso tempo nos coloca. Nesse sentido, caracterizamos a importância do trabalho desenvolvido por ela, que, num esforço de síntese, dentro de um contexto de discussões nos anos 1980, buscou trazer à tona as contribuições de importantes marxistas para as questões feministas, historicizando, assim, este debate.

Dentro destes debates travados na década de 1970 e 1980, uma observação mais cuidadosa das características do trabalho doméstico dentro do capitalismo, do ponto de vista feminista marxista deste período, é a forma através da qual buscaremos articular a exploração do trabalho doméstico com a exploração capitalista como um todo. Este ponto foi objeto de inúmeras pesquisas, principalmente nos anos 1970, e o fato de ser um problema ainda não resolvido, sobre o qual se encontram mais divergências que consensos, faz com que o retomemos na obra de Heleieth Saffioti (1978) denominada *Emprego doméstico e capitalismo*.

Emprego doméstico e capitalismo

Além de Zuleika Alambert, outra marxista com importantes trabalhos nas décadas de 1970 e 1980 sobre a questão feminina foi Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (1934), formada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo em 1960 e hoje professora aposentada de Sociologia pela UNESP e membro do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. No final da década de 1970, desenvolveu um importante trabalho acerca do trabalho doméstico, durante um acirrado debate que trazemos à tona, através dela, neste artigo.

O modo de produção capitalista, segundo Heleieth Saffioti (1978), coexistia com formas não-capitalistas de

trabalho. É normal que, em momentos de expansão do capitalismo, a força de trabalho se desloque para as atividades capitalistas e que, em momentos de retração do mesmo, essa força de trabalho se desloque de volta às atividades não-capitalistas. Apesar dessa absorção de mão-de-obra por parte da produção capitalista em momentos prósperos da mesma, esse tipo de produção não consegue, e nem tem interesse, em eliminar as formas não-capitalistas de trabalho. Isso ocorre principalmente porque no trabalho não-capitalista está armazenado um exército de reserva necessário ao capitalismo em seus momentos de expansão. A existência desse exército é imprescindível para que a exploração capitalista do trabalho consiga manter sua lógica funcionando.

Ainda de acordo com Heleieth Saffioti, a questão da integração das trabalhadoras e dos trabalhadores das atividades não-capitalistas no sistema capitalista tem limitação, no sentido de que esse trabalho geralmente é mal remunerado e faz com que essas pessoas não possam consumir tanto quanto gostariam ou precisariam. Porém, como esse tipo de trabalho é indispensável à manutenção do modo de produção capitalista, ele não só está inserido no sistema, como também desempenha um tipo de exploração do trabalho que difere da mais-valia, mas que, no entanto, não deixa de ser subordinado diretamente ao capital.

É comum esses trabalhos serem muito mal remunerados, segundo a autora, e o fato de que a maior parte deles é desempenhado por mulheres pode ser indicado como um dos fatores responsáveis pelas grandes diferenças identificadas entre salários de homens e mulheres desempenhando a mesma ocupação. A ideia de que o salário da mulher é complementar ao do homem e a tendência dos setores capitalistas de contratarem muito mais homens que mulheres, assim como uma tendência geral de ocupação de subempregos por parte das mulheres, podem ser indicadas como fatores responsáveis – porém não isolados – dos baixos salários auferidos pelas mulheres brasileiras nos anos 1970.

Uma pesquisa desenvolvida nos anos 1990 por Nadya A. Guimarães (2001) sobre empregos formais no Brasil demonstra as novas desigualdades de gênero no mundo do trabalho. Em períodos de retração do emprego, há uma tendência dos homens ocuparem os empregos tradicionalmente femininos, e as mulheres têm mais chance de ser demitidas nos empregos tradicionalmente masculinos. Além disso, a autora reafirma a tendência apresentada por Saffioti também na década de 1990, em que as mulheres estão mais sujeitas a postos temporários de trabalho, o

⁴ Outra autora que Alambert cita é Branca M. Alves (1980 in Alambert, 1986), que faz uma retrospectiva do movimento sufragista da década de 1920 no país, buscando, através do estudo da ideologia, demonstrar que tanto os argumentos a favor como os contra o direito ao voto das mulheres eram bastante semelhantes, já que essa bandeira foi levantada por mulheres burguesas e da classe média; expõe ainda que, logo após a conquista deste direito, o movimento se dissolveu, o que comprovou, assim, seu caráter reformista, que não levou a fundo as causas da opressão feminina. Já na Resolução Política dos Comunistas, o Partido reconheceu a especificidade da questão feminina e tentou articular a luta da mulher pela sociedade igualitária com a sua luta específica pela melhoria de condições de vida.

que ela percebe na sazonalidade do desemprego feminino.

Heleieth Saffioti também coloca a diferença entre a porcentagem de mulheres ocupando setores capitalistas de produção nos países socialistas e nos países capitalistas. Nos países socialistas, apesar disso se fazer quase sempre às custas de uma dupla jornada de trabalho, a preocupação com a presença da mulher nas atividades econômicas é visível. Além do que, nesses países, foi excluída a profissão de empregada doméstica, tida como um traço de servidão.

Apesar do pagamento – salário – pelo desempenho de trabalho doméstico em residências ter sido algo criado pelo sistema capitalista, é fato, argumenta a autora, que as atividades desempenhadas pelas empregadas domésticas nas residências onde trabalham não são capitalistas. O resultado do trabalho dessas empregadas fica na família para a qual elas prestam serviços, sem haver uma circulação ou troca desse resultado com objetivo de lucro. O dinheiro que se mobiliza com esse tipo de emprego é considerado renda pessoal, e não capital. Ela comenta: “A mera despreocupação do capitalismo para com a organização em moldes capitalistas das atividades domésticas já constitui um índice de sua baixa rentabilidade. Ademais, tal processo liberaria dos serviços domésticos uma ampla massa de mulheres para as quais o próprio capitalismo não teria empregos a oferecer” (Saffioti, 1978, p. 192-193).

Heleieth Saffioti cita que a maior parte dos estudos em relação ao trabalho doméstico se referem ao trabalho doméstico não-remunerado, realizado gratuitamente pela dona-de-casa. Na tentativa de observar esse fenômeno do ponto de vista marxista, várias posições divergentes e controversas são identificadas. Heleieth Saffioti (1978) esmiúça cada posição divergente dentro deste debate sobre o trabalho doméstico, no qual está inserida.

Destaca, então, diversos e divergentes pontos de vista; entre eles cita, por exemplo, Margaret Benston (1969 *in* Saffioti, 1978, p. 193), que afirma que o trabalho doméstico feito pelas donas-de-casa produz simples valor de uso (fazendo uma oposição entre os valores de uso da esfera doméstica e os valores de troca produzidos na esfera pública econômica). Já outra posição, defendida por Mariaros Della Costa (1972 *in* Saffioti, 1978, p. 193), afirma o caráter produtivo do trabalho doméstico, no sentido marxista, desempenhado gratuitamente. Dentro desta posição, uma das questões que alimentou este debate foi a reivindicação de “salário para o trabalho doméstico”. Assim, além do valor de troca, este trabalho produz mais-valia porque produz uma mercadoria chamada “força de trabalho” (a exploração, no caso, é maior que a exercida sobre o proletariado, que ao menos é assalariado). Já Isabel Larguia e John Dumoulin (1972 *in* Saffioti, 1978, p. 193) afirmam que, como a manutenção do trabalho do proletariado depende diretamente desse trabalho “invisível” desempenhado pelas donas-de-

casa, elas são responsáveis indiretas pela produção de mais-valia desempenhada pelo proletariado (como se o trabalho no lar fosse transferido para a criação da mais-valia pela força de trabalho na fábrica).

Ela cita também um ponto de vista defendido por Wally Seacombe (1973 *in* Saffioti, 1978, p. 194) que não reconhece, direta ou indiretamente, o trabalho doméstico como produtivo, uma vez que não produz mais-valia. É um trabalho necessário, mas improdutivo. A relação da dona-de-casa com o capital gira em torno da produção e reprodução da força de trabalho. Buscando-se a caracterização de Marx, é trabalho improdutivo, uma vez que é trocado não com capital, mas com renda (salários ou lucros). Cita ainda outra linha, apoiada por Ira Gerstein (1973 *in* Saffioti, 1978, p. 194), que não enquadra o trabalho doméstico nem na classificação de trabalho produtivo nem na classificação de trabalho improdutivo, considerando o trabalho doméstico como uma produção simples de mercadoria. Tentar classificá-lo como produtivo ou improdutivo não é nada mais que criar um falso problema.

A autora coloca outro ponto de vista, ainda, este defendido, por exemplo, por Terry Free (1976 *in* Saffioti, 1978, p. 194), que afirma o trabalho doméstico como separado, mas integrante do processo de produção capitalista. Assim, como é um trabalho indispensável à manutenção e reprodução da classe trabalhadora, é condição imprescindível à reprodução do capital. Dessa forma, independentemente de ser produtivo ou improdutivo, é um tipo de trabalho integrante e indispensável ao sistema capitalista.

Já Susan Himmelweit (2001), retomando esta discussão mais de 20 anos depois, nos demonstra os consensos neste debate sobre o trabalho doméstico do ponto de vista marxista: o fato desse trabalho produzir valores de uso dentro do lar, para o consumo da família, contribuindo assim para a reprodução da força de trabalho; e o fato de que o serviço doméstico quase não está sujeito à divisão do trabalho, se comparado ao trabalho assalariado dentro do modo de produção capitalista.

Heleieth Saffioti, após citar esses inúmeros pontos de vista, tira suas próprias conclusões. Primeiro afirma que qualquer trabalho dentro do sistema capitalista pode ser caracterizado como produtivo ou improdutivo, dependendo das circunstâncias. Diz, também, que o trabalho da empregada doméstica não pode ser considerado como produtivo simplesmente porque ela ganha um salário, já que não é a simples troca de dinheiro por trabalho que faz com que esse trabalho se encaixe no conceito de produtivo. Porém, também não se trata de produção simples de mercadorias ou trabalho improdutivo dentro do sistema capitalista (como, por exemplo, as atividades comerciais).

O trabalho doméstico atua de forma não-capitalista, segundo ela, inserido na família, que representa uma

instituição não-capitalista, mas que é responsável direta pela produção e reprodução da força de trabalho. Ou seja, o trabalho doméstico produz força de trabalho em moldes não-capitalistas, ainda que profundamente vinculado a estes. O tipo de exploração exercido sobre as empregadas diverge do exercido sobre o proletariado, uma vez que, mesmo que presente, essa exploração não pode ser convertida em capital.

Heleieth Saffioti prefere admitir o trabalho doméstico como vinculado ao modo de produção doméstico e redefinido pelas condições sociais impostas pelo capitalismo (como o assalariamento deste trabalho). Porém, esta definição não transformou de modo tão profundo este trabalho, já que ele continua definido por moldes não-capitalistas. Analisando a divisão sexual do trabalho, a autora observa como a ocupação das esferas públicas por parte das mulheres não as retira da esfera privada e como muitas das mulheres, para poderem desempenhar diferentes ocupações, contratam outras mulheres para desempenhar o trabalho doméstico em seus lares. Ela conclui afirmando que para acabar com a exploração da mulher dentro da esfera privada, é necessária uma profunda reestruturação da sociedade de classes em novas bases. “Enquanto os seres humanos fazem a história, é permitido ao menos pensar em uma sociedade sem empregadas domésticas e onde o reduzido trabalho doméstico fosse equitativamente distribuído pelos elementos de ambas as categorias de sexo” (Saffioti, 1978, p. 197).

A autora enfatiza a questão da consciência de classe e a da expectativa de ascensão social das mulheres relacionadas à contratação de empregada doméstica:

Não obstante a amostra de não-empregadoras diferir social, econômica e culturalmente da amostra de empregadoras, nota-se a influência homogeneizadora da ideologia dominante. Mesmo as patroas potenciais de baixas rendas, que já desempenharam a função de empregadas domésticas e que poderão vir a fazê-lo novamente, adotariam condutas correntemente encontradas entre as patroas efetivas. [...] Tão logo as condições econômicas o permitam, estão prontas a assumir as condutas típicas dos dominadores (Saffioti, 1978, p. 182).

Essa citação problematiza a questão da consciência de classe do feminismo. Quer dizer, da mesma forma que outra organização social ou mesmo a supressão do capitalismo (citemos o socialismo soviético como exemplo) não traz consigo, necessária e automaticamente, a supressão da

opressão do patriarcado⁵, a resolução de questões de desigualdade contra as quais luta o movimento feminista não resolve automaticamente o problema de classe. Ou seja, a luta pela liberação das mulheres não é necessariamente uma luta pela supressão da sociedade de classes, uma luta contra a opressão capitalista. Do mesmo modo, a luta contra o capitalismo não traz obrigatoriamente consigo uma luta contra a opressão das mulheres. E muitas vezes – por exemplo, no caso de feministas liberais, burguesas, etc. – grupos feministas tanto não querem como são veementes contra essa relação. Quer dizer, para as feministas liberais, o principal objetivo é conquistar a liberdade de se ter sucesso no mundo capitalista. O que elas querem são condições iguais de competição (por exemplo, no mercado de trabalho), e não a supressão ou destruição dessa competição, ou mesmo das desigualdades que essa competição representa. Elas querem estar ao lado dos homens no topo do capitalismo e não buscam de forma alguma a destruição deste. Ou seja, lutam pela igualdade entre homens e mulheres, e não por uma nova proposta de organização social. São fatores distintos para elas.

Quando Nadya Guimarães (2001) discute as novas desigualdades de gênero no mundo do trabalho a partir dos anos 1990, demonstra que elas são entre-gêneros, mas também intra-gênero, demonstrando que, entre as mulheres, as com maior nível de escolaridade estão menos sujeitas ao desemprego e têm mais facilidade de reinserção no mercado formal, e mostrando que algumas mulheres se beneficiaram mais do que outras do avanço no combate ao sexismo.

Na pesquisa feita por Heleieth Saffioti para ilustrar as diferenças entre as mulheres em relação ao movimento de liberação da mulher, as respostas positivas comumente vinham das mulheres de estratos sociais mais elevados. A autora relaciona este fato com as características do movimento feminista brasileiro da época, que comumente tratava das questões (e era composto) das mulheres da classe média e alta. Para essas mulheres, era muito mais fácil aderir às práticas e comportamentos da “mulher moderna”, como ela coloca. Da mesma forma, para estas mulheres ocuparem outros espaços, da maneira que já o faziam, era necessário que as mulheres mais pobres desempenhassem os afazeres tradicionais dos quais as primeiras se desobrigavam.

Segundo a autora, a liberação das mulheres mais pobres dependeria de uma transformação social, a qual a maior parte dessas “mulheres modernas” que se colocavam a favor da liberação da mulher não estavam dispostas a construir, uma vez que estavam inseridas na ideologia liberal burguesa. Essa transformação estrutural faria com que essas mulheres colocassem em risco grande parte dos privi-

⁵ Entendemos aqui patriarcado como foi utilizado nas décadas de 1970 e 1980, referindo-se ao poder dos homens e à subordinação das mulheres. Dentro do movimento houve uma disputa entre a concepção patriarcado e capitalismo ou patriarcado ou capitalismo, em que algumas feministas tentavam demonstrar que a subordinação das mulheres não se dá apenas sob o modo de produção capitalista.

légios (que muitas vezes nem eram tantos, principalmente nas camadas médias) que sua classe social lhes facultava.

Dessa maneira, muito além de analisar o caráter produtivo ou improdutivo, indispensável ou não, da exploração das mulheres através do trabalho doméstico, a autora buscava apontar e problematizar certos aspectos que legitimavam e mantinham esse tipo de exploração. Tais aspectos são identificados tanto como resultantes do patriarcado como da opressão capitalista de uma maneira mais ampla, conforme as especificidades de cada situação. Assim, apesar de ser um debate esquecido pelas autoras feministas, a questão do trabalho doméstico não deixa de ser atual, uma vez que, além de estar em aberto, continua sendo uma questão muito presente na vida de grande parte das mulheres.

Conclusão

O que os autores e as autoras buscavam, segundo Susan Himmelweit (2001), era estudar em bases materiais a opressão das mulheres. Contudo, tentaram simplesmente aplicar conceitos marxistas – referentes ao trabalho assalariado na sociedade capitalista – ao trabalho doméstico, o que não fez este debate avançar. “Para ir mais além, será necessário produzir conceitos a partir do estudo do próprio trabalho doméstico e da própria opressão das mulheres” (Himmelweit, 2001, p. 385). Também lembra que as categorias com que Marx trabalhava não faziam distinção entre os sexos; assim, novos conceitos poderão surgir a partir do levantamento de questões sobre a reprodução no trabalho doméstico. Admite-se, então, que esta é uma questão a ser desenvolvida dentro do marxismo.

Para além do consenso, neste debate, sobre o trabalho doméstico produzir valor de uso, as feministas marxistas defenderam que a libertação das mulheres não poderia ser efetivada dentro do modo de produção capitalista, aliando a luta imediata e específica a uma perspectiva de mudança estrutural na sociedade de classes baseada na propriedade privada dos meios de produção.

Trazermos de volta trabalhos como os de Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert foi uma forma de demonstrar o aporte teórico dado pelas feministas marxistas ao movimento feminista nas décadas de 1970 e 1980, a importância do desenvolvimento teórico de questões colocadas pela prática militante como elemento de orientação desta prática. Contudo, apesar de todo o debate travado naquelas décadas acerca do trabalho doméstico, remunerado ou não, e da divisão sexual do trabalho, na prática o primeiro continuou sendo trabalho majoritariamente exercido pelas mulheres, e a divisão do trabalho no lar continuou pequena.

Portanto, eis algumas questões a serem desenvolvidas, como o trabalho doméstico e a divisão sexual do trabalho, buscando a forma como se constitui a opressão das mulheres, visando à superação desta opressão.

Referências

- ALAMBERT, Z. 1986. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo, Nobel.
- GUIMARÃES, N.A. 2001. Laboriosas mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. *Revista Estudos Feministas*, 9(1).
- HIMMELWEIT, S. 2001. Trabalho doméstico. In: T. BOTTOMORE (org.), *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- MELO, H.P.; PESSANHA, M.C. e PARREIRAS, L.E. 2002. Da cozinha para o mercado – a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90. *Revista Gênero*, 2(2) ??-??.
- SAFFIOTI, H. 1978. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis, Vozes.

Fontes

- ALVES, B.M. 1980. *Ideologia e feminismo – A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- ARAÚJO, C. 2000. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Revista Crítica Marxista*, 11:??-??.
- BENSTON, M. 1978. The Political Economy of Women's Liberation. *Monthly Review*, 21(4), September 1969. *Apud*: SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis, Vozes.
- CASTRO, M. G. 2000. Marxismo, feminismo e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. *Revista Crítica Marxista*, 11.
- DELLA COSTA, M. and JAMES, S. 1972. The Power of the Women and the Subversion of the Community. *The Falling Wall Press*, England.
- HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H. et SENOTIER, D. (coord.). 2000. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris, PUF.
- ENGELS, F. 2000. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FREE, T. 1976. Domestic Labour: An Analysis of Housework and its Relation to the Production Process. *The Review Radical Political Economics*, 8(1).
- GERSTEIN, I. 1973. Domestic Work and Capitalism. *Radical America*, 7(4-5).
- LARGUIA, I. and DUMOULIN, J. 1972. Toward a Science of Women's Liberation. *Political Affairs*, June/August.
- MORAES, M.L.Q. de. 2000. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Revista Crítica Marxista*, 11.
- SEACOMBE, W. 1973. The Housewife and her Labour under Capitalism. *New Left Review*, 83.